

DENÚNCIA/SOLICITAÇÃO DE IMPEACHMENT CONTRA O PRESIDENTE JAIR BOLSONARO						
	DATA	Legislatura/ Presidente da CD	Ementa	Interessado	Situação	Data do Despacho
1	05/02/2019	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia por crimes de responsabilidade e omissão contra o Presidente Jair Messias Bolsonaro.	Antonio Jocelio da Rocha	Documento Apócrifo protocolizado em 5 de fevereiro de 2019, às 14h40. Arquivado.	27/02/2019
2	13/03/2019	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia por crime de responsabilidade em face do Exmo. Sr. Presidente da República JAIR MESSIAS BOLSONARO, alegando que no dia 5 de março de 2019 o Presidente postou em sua conta pessoal, na rede social Twitter, um vídeo com forte conteúdo pornográfico, a pretexto de crítica ao Carnaval brasileiro.	Diva Maria Piedade Vieira dos Santos	Em análise	
3	02/04/2019	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia por crime de responsabilidade contra o Presidente Jair Bolsonaro (pela comemoração do 31 de março de 1964)	Carlos Alexandre Klomfah	Em análise	
4	27/08/2019	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Denúncia por crime de responsabilidade por crimes contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; contra a probidade na administração e contra a guarda e legal emprego do dinheiros públicos	Diogo Machado Soares dos Reis	Em análise	
5	04/11/2019	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Denúncia por crime de responsabilidade em desfavor de Jair Messias Bolsonaro, atualmente ocupante do cargo de Presidente da República Federativa do Brasil, pelas razões fáticas e motivos de direito que são em seguida expostos.	Flávia Pinheiro Fróes	Em análise	
6	08/01/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Encaminha denúncia do Sr. Felipe dos Santos Fontes, contra o Exmo. Sr. Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, por crime de responsabilidade "apoio ao ataque dos EUA ao Gen. iraniano Qasen Sulamaine, sem consulta ao Conselho de Defesa Nacional e autorização do Congresso"	Felipe dos Santos Fontes	Em análise	
7	21/02/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Encaminha denúncia contra o Exmo. Sr. Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, por crime de responsabilidade, por descumprimento do artigo n. 85, incisos IV e V, da Constituição Federal, bem como dos artigos 4º, 9º e 14º da Lei n. 1079/1950.	João Carlos Augusto Melo Moreira	Em análise	
8	02/03/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Representação pela perda de mandato eletivo e convocação de novas eleições	Vilson Pedro Nery	Em análise	
9	03/03/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Denúncia por crime de responsabilidade em desfavor de Jair Messias Bolsonaro, atualmente ocupante do cargo de Presidente da República Federativa do Brasil, pelas razões fáticas e motivos de direito que são em seguida expostos.	Flávia Pinheiro Fróes	Em análise	
10	04/03/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia em desfavor do presidente Jair Messias Bolsonaro, por suposta prática de crime de responsabilidade.	João Carlos Augusto Melo Moreira	Em análise	
11	17/03/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia contra o Exmo. Sr. Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, por crime de responsabilidade, em razão dos seguintes fatos: 1) Apoio e convocação a manifestações do dia 15 de março de 2020, por meio de divulgações de vídeos em redes sociais, bem como por pronunciamento oficial, realizado em 7 de março de 2020, em escala de viagem aos Estados Unidos. 2) Declarações, em 9.3.2020, de que as eleições gerais de 2018 foram fraudadas, cujas provas estariam em suas mãos e nunca foram apresentadas, nem do foro competente e nem para a imprensa; 3) Declarações indecorosas direcionadas à Jornalista Patrícia C. Mello, feitas em 19.2.2020; 4) Publicação de vídeo, em rede social, com conteúdo pornográfica, ocorrida no carnaval do ano de 2019; 5) Determinação expressa de comemoração do Golpe Militar de 1964, direcionada às Forças Armadas Brasileiras em 25.3.2019. Requer o acolhimento da denúncia, o efetivo julgamento, e afinal seja condenado o denunciado, com imediata perda do seu cargo, bem como a inabilitação para o exercício de função pública, nos termos do parágrafo único do artigo 52 da Constituição Federal. Anexo: CD	Leandro Antônio Grass Peixoto	Em análise	
12	17/03/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta Denúncia em face do Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro, haja vista a prática de crime de responsabilidade, pelas razões de fato e de direito a seguir descritas, requerendo seja decretada a perda de seu cargo, bem como a inabilitação para exercer função pública, pelo prazo de oito anos.	Sidney D. Gonçalez	Em análise	
13	18/03/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta Denúncia em face do Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro, pela prática de crime de responsabilidade, nos termos do art. 85 da Constituição Federal e da Lei nº 1079, de 10 de abril de 1950, requerendo, por conseguinte, seja decretada a perda de seu cargo e a inabilitação temporária para o exercício de função pública.	Fernanda Melchionna e Silva e outros	Em análise	
14	19/03/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia por crime de responsabilidade em desfavor do Presidente Jair Bolsonaro, com fundamento nos arts. 51, inciso I, e 85, incisos II, III e VII, da CF; nos arts. 4º, incisos V e VI; 9º, números 3 e 7; 10, números 6, 7, 8 e 9; e 11, número 3, da Lei 1079/50; bem como no art. 218 do RICD. (conduta agressiva contra profissionais da imprensa; por ter veiculado mensagens a seus contatos para participarem de manifestação no dia 15/3/2020 com o objetivo de fechar o CN e o STF.)	Alexandre Frota	Em análise	

15	19/03/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia por crime de responsabilidade em desfavor do Presidente Jair Bolsonaro, por uso ilegal das redes sociais durante sua campanha eleitoral (disparo de mensagens e uso de fake news); ameaças à democracia; ataques à imprensa; soberania em risco; acusações de corrupção; empresa fantasma; abuso de poder do empresário Luciano Hang, dono da Havan; e outros. (conduta agressiva contra profissionais da imprensa; por ter veiculado mensagens a seus contatos para participarem de manifestação no dia 15/3/2020 com o objetivo de fechar o CN e o STF.)	Neide Liamar Rabelo de Souza	Em análise	
16	19/03/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia por crime de responsabilidade em desfavor do Presidente Jair Bolsonaro, por uso ilegal das redes sociais durante sua campanha eleitoral (disparo de mensagens e uso de fake news); ameaças à democracia; ataques à imprensa; soberania em risco; acusações de corrupção; empresa fantasma; abuso de poder do empresário Luciano Hang, dono da Havan; e outros. (conduta agressiva contra profissionais da imprensa; por ter veiculado mensagens a seus contatos para participarem de manifestação no dia 15/3/2020 com o objetivo de fechar o CN e o STF.)	Maria Rodrigues de Sousa	Em análise	
17	19/03/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia por crime de responsabilidade em desfavor do Presidente Jair Bolsonaro, por uso ilegal das redes sociais durante sua campanha eleitoral (disparo de mensagens e uso de fake news); ameaças à democracia; ataques à imprensa; soberania em risco; acusações de corrupção; empresa fantasma; abuso de poder do empresário Luciano Hang, dono da Havan; e outros. (conduta agressiva contra profissionais da imprensa; por ter veiculado mensagens a seus contatos para participarem de manifestação no dia 15/3/2020 com o objetivo de fechar o CN e o STF.)	Luiz Fernando Rabelo de Sousa	Em análise	
18	20/03/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta aditamento à denúncia em desfavor do Sr. Presidente Jair Messias Bolsonaro, em decorrência de imputação da prática de diversos crimes de responsabilidade.	Leandro Antônio Grass Peixoto	Em análise	
19	25/03/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia em face do Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro, pela prática de crimes de responsabilidade, nos termos do art. 85 da CF e da Lei nº 1079, de 10 de abril de 1950, requerendo, por conseguinte, seja decretada a perda de seu cargo e a inabilitação temporária para o exercício de função pública, pelas razões de fato e de direito trazidas no decorrer da denúncia. (convocação da população para manifestações contra o CN e o STF no dia 15/3/20; por atos de contato com o povo durante a manifestação, menosprezando a pandemia do novo coronavírus declarada pela OMS e ir contra as orientações do Ministério da Saúde. Além de outros fatos)	Fernanda Melchionna e outros	Em análise	
20	25/03/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia contra o Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro, pela prática de crimes de responsabilidade, requerendo seja decretada a perda de seu cargo e a consequente inabilitação para o exercício de função pública pelo prazo legal. As dezessete áreas listadas como o acometimento de crimes de responsabilidade seriam a Constituição, a Lei, a separação de Poderes, a Federação, a oposição democrática, a capacidade estatal, a fiscalização, a liturgia Presidencial, a verdade factual e científica, a impessoalidade, a liberdade de informação e transparência, a liberdade de imprensa, a liberdade intelectual, a liberdade religiosa, a igualdade e discriminação, a proteção ambiental e a neutralidade em eleições estrangeiras.	Paulo Roberto Iotti Vecchiatti e outros	Em análise	
21	31/03/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Oferece denúncia em desfavor do Presidente da República, o Sr. Jair Messias Bolsonaro, haja vista a prática de crimes de responsabilidade previstos nos artigos 1º, 2º e 3º cumulados com o art. 85, caput e incisos, e da Constituição Federal de 1988, além de outros dispositivos da Lei n. 1.079, de 1950.	Bruno Espiñeira Lemos	Em análise	
22	01/04/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta Denúncia por crime de responsabilidade descritos nos artigos 85, II e VII, da CF, bem como nos arts. 9º, e 12 todos da Lei n. 1.079/50, em face do Exmo. Sr. Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, com imposição de pena de perda de mandato, bem como inabilitação para exercer cargo público pelo prazo de 8 anos, nos termos do art. 52, § único da Constituição Federal.	André Luiz Moura de Oliveira	Em análise	
23	09/04/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia por crime de responsabilidade em desfavor do Presidente Jair Bolsonaro, por conduta indevida, em razão de o denunciado insistir em desautorizar as medidas de imprescindível isolamento social recomendadas pela Organização Mundial de Saúde e acolhidas pelo Ministério da Saúde.	João Batista de Lima Resende	Documento Apócrifo. Arquivado.	
24	08/04/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia por crime de responsabilidade descritos nos artigos 51, inciso I, e 85, II, III e VII, da CF; nos artigos 4º, incisos V e VI; ainda o 9º, números 3 e 7; 10 números 6,7,8, e 9; e 11, número 3, da Lei n. 1.079/50, bem como ainda no art. 218, especificamente no Regimento Interno, em face do Exmo. Sr. Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, com imposição de pena de perda de mandato, bem como inabilitação para exercer cargo público pelo prazo de 8 anos. ASSUNTO: Ataques são disseminados nas redes sociais. Divulgação de notícias falsas a todos os momentos. Ofensas a jornalistas brasileiros. Enquadramento em crimes contra a Segurança Nacional. Crime contra a saúde da população brasileira estimulando o povo a sair de suas casas e em nenhum momento o denunciado falou da preservação da vida alertando que O COVID-19 é perigoso.	Valdir Barbosa de Medeiros	Pedido semelhante ao item 28. Porém, apresentado sem assinatura por certificado digital. Arquivado.	
25	15/04/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia (aditamento) contra o Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro, pela prática de crimes de responsabilidade, ao: deixar de recomendar quarentena, se isolando dos líderes globais; insistir em continuar realizando caminhadas para dialogar com a população, gerando aglomerações; insistir em querer mudança da política de saúde pública apenas por força de suas referências ideológico-políticas.	Paulo Roberto Iotti Vecchiatti e outros	Em análise (correção em 20/5/2020. Anteriormente, constava como aditamento do item 20)	

26	22/04/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia contra o Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro, em face do Presidente da República, com o prosseguimento do feito nos termos dos ritos prescritos na Lei nº 1.079/195 e no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para, posteriormente, encaminhá-la às instâncias competentes para processá-la e julgá-la procedente, com a decretação da perda do cargo, bem a inabilitação temporária para o exercício de função pública.	Walber Agra Ciro Ferreira Gomes e outros Ob: retirados da coautoria por não terem assinatura digital	Recebido pedido de desconsideração. Em análise	
27	23/04/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia contra o Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro, pela prática de crime de responsabilidade, em razão da conduta incompatível com a dignidade, honra e decoro com o cargo que ocupa e, dessa forma, solicita que seja decretada a perda de seu cargo, na forma da Constituição Federal e da Lei 1.079/1950.	José Manoel Ferreira Gonçalves	Documento Apócrifo. Arquivado.	
28	23/04/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia contra o Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro, pela prática de crime de responsabilidade, por ferir diversos dispositivos contidos na Constituição Federal e na Lei n. 1079/50, bem como no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em especial aqueles relacionados ao Estado Democrático de Direito.	Valdir Barbosa de Medeiros	Em análise	
29	24/04/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta DENÚNCIA, nos termos do artigo 14, da Lei nº 1.079/1950, e do art. 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em face de JAIR MESSIAS BOLSONARO, pela prática de crimes de responsabilidade descritos no art. 85, incisos II, III, IV, V, e VII, da Constituição Federal de 1988; no art. 6º, números 1, 5 e 8; no art. 7º, número 9; no art. 8º, números 2 e 4; e no art. 9º, número 7; e no art. 12, números 1 e 2, todos da Lei nº 1.079/50.	Walber Agra Ciro Ferreira Gomes e outros Ob: retirados da coautoria por não terem	Em análise	
30	24/04/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta DENÚNCIA POPULAR POR CRIME DE RESPONSABILIDADE em face do Exmo. Sr. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, SR. JAIR MESSIAS BOLSONARO, em razão da possível prática de CRIME DE RESPONSABILIDADE, pelos motivos de fato e de direito expostos.	Fabiano Contarato Randolph Frederich Rodrigues Alves e outros	Em análise	
31	27/04/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta DENUNCIA em desfavor do Presidente da República, Senhor Jair Bolsonaro, nos termos da Constituição da República e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a fim de reconhecer a prática dos Crimes de Responsabilidade, de acordo com artigo 7º, número 5; artigo 8º, número 7, e artigo 9º, números 4 e 5, todos da Lei nº 1.079/50, encaminhando-se, por conseguinte, os autos ao Senado Federal para julgamento, com a imposição da pena de perda do mandato e inabilitação para exercer cargo público pelo prazo de oito anos, como prevê o art. 52, § único, da Constituição da República.	Joice Cristina Hasselmann	Em análise	
32	27/04/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta DENÚNCIA em face do Presidente da República, Sr. JAIR MESSIAS BOLSONARO, tendo em vista a prática de crime de responsabilidade, conforme os fatos e fundamentos expostos, requerendo o seu processamento ao final, seja decretada a perda de seu cargo, bem como a inabilitação para exercer função pública, pelo prazo de oito anos.	Paulo Augusto Machado e outros	Em análise	
33	23/04/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia por crime de responsabilidade em desfavor do Presidente Jair Bolsonaro, por conduta indevida em razão de cometimento de crime contra a segurança interna, de acordo com a Lei 1.079/50, art. 4º, IV e art. 8º, 4, já que o denunciado propiciou a propagação do Coronavírus.	João Pedro Bória Caiado de Castro	Em análise	
34	29/04/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia contra o Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro por crimes de responsabilidade, tais como: tentativa de interferência ilegal na Polícia Federal, obstrução de justiça, advocacia administrativa, coação no curso do processo e outros.	Alessandro Molon e outros	Em análise	
35	05/05/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia contra o Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro) por crimes de responsabilidade descritos nos arts. 9º incs. 3, 5 e 7; 14, da Lei 1.079/1950 e no art. 85 incs. II, III e V, da CF/1988.	Roberto Lourenço Cardoso	O arquivo encaminhado não foi aceito porque a certificação digital não é do proponente.	
36	05/05/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Oferecem denúncia contra o Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro) haja vista a prática dos crimes de responsabilidade que, consoante razões de fato e direito expostas, ensejam a imediata perda do cargo, bem como a inabilitação para exercício de função pública pelo prazo de oito anos, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Lei n. 1.079/50.	Márcio Pinto Martins Tuma e outros	Em análise	
37	05/05/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Oferece denúncia contra o Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro) em razão da prática de crimes de responsabilidade, tais como: participar de manifestação em frente ao Quartel General do Exército, em Brasília, o Exmo. Sr. Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, incidiu na conduta tipificada no art. 7º, incisos 7 e 8, da Lei 1079/50; no dia 24/04/2020, o Exmo. Senhor Ex-ministro Sérgio Moro, em pronunciamento à imprensa, imputou ao denunciado haver solicitado acesso aos relatórios reservados da Polícia Federal, no que foi desatendido; por incompatibilidade com a dignidade, honra e decoro do cargo de Presidente da República ao manifestar-se contrário às orientações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde frente à pandemia do coronavírus.	Paulo Jeronimo de Souza	Em análise	
38	06/05/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia contra o Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro, pela prática de crime de responsabilidade, em razão da conduta incompatível com a dignidade, honra e decoro com o cargo que ocupa e, dessa forma, solicita que seja decretada a perda de seu cargo, na forma da Constituição Federal e da Lei 1.079/1950.	Alexandre Frota	Em análise	

39	06/05/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta emenda à petição inicial, com novos fatos envolvendo denúncia contra o Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro, os possíveis crimes de vista pela prática de crime de responsabilidade, falsidade ideológica, coação no curso do processo, prevaricação, obstrução jurídica, corrupção passiva e ação caluniosa, bem como atualizar o rol de testemunhas. ASSUNTO: Crime de obstrução jurídica. Denúncias apresentadas pelo Ministro Sergio Moro em virtude da exoneração do Diretor da Polícia Federal.	Valdir Barbosa de Medeiros	Em análise (correção em 27/5/2020. Anteriormente, constava como aditamento do item 28)	
40	12/05/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia contra o Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro) por crime de responsabilidade, Apresenta denúncia contra o Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro) por crime de responsabilidade, por declarações no dia 11/3/2020, de que a pandemia se tratava muito mais de fantasia, que a grande mídia propaga pelo mundo, bem como por denúncias feitas pelo ex-Ministro Sérgio Moro, para anunciar sua demissão.	Mario Berti Filho	Em análise	
41	21/05/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Encaminha pedido coletivo de Impeachment em desfavor do Presidente Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro) por crime de responsabilidade, por: apoio ostensivo participação direta do Presidente da República em manifestações de índole antidemocrática e afrontosas à Constituição (fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal); utilização de poderes inerentes ao cargo com o propósito reconhecido de concretizar a espúria obtenção de interesses de natureza pessoal, objetivando o resguardo de integrantes de sua família ante investigações policiais; atuação e pronunciamentos temerários e irresponsáveis, de caráter antagonístico e contraproducente ao esforço do Ministério da Saúde e de diversas instâncias da Federação vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) e aos serviços de prevenção, atenção e atendimento médico-hospitalar à saúde da população, em meio à grave disseminação em território nacional da pandemia global do novo coronavírus.	Fernando Haddad (encaminhado pela Dep. Gleisi Hoffmann)	Em análise	
42	21/05/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Encaminha pedido coletivo de Impeachment em desfavor do Presidente Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro) por crime de responsabilidade, por: apoio ostensivo participação direta do Presidente da República em manifestações de índole antidemocrática e afrontosas à Constituição (fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal); utilização de poderes inerentes ao cargo com o propósito reconhecido de concretizar a espúria obtenção de interesses de natureza pessoal, objetivando o resguardo de integrantes de sua família ante investigações policiais; atuação e pronunciamentos temerários e irresponsáveis, de caráter antagonístico e contraproducente ao esforço do Ministério da Saúde e de diversas instâncias da Federação vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) e aos serviços de prevenção, atenção e atendimento médico-hospitalar à saúde da população, em meio à grave disseminação em território nacional da pandemia global do novo coronavírus.	Manuela Pinto Vieira D'Ávila (encaminhado pela Dep. Gleisi Hoffmann)	Em análise	
43	27/05/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia contra o Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro) por crimes de responsabilidade descritos nos arts. 9º incs. 3, 5 e 7; 14, da Lei 1.079/1950 e no art. 85 incs. II, III e V, da CF/1988. Justificação do pedido relacionadas a: desaprovação popular da gestão presidencial; ataques constantes à imprensa; privatização de empresas públicas; acusação de corrupção (lista de Furnas); relativizar a soberania brasileira; possível esquema de mensagens em massa pelo Whatsapp; ligação com empresa fantasma (produtora de filmes Mosqueteiros Filmes Ltda.); abuso de poder do empresário Luciano Hang; ataques de militantes pró-Bolsonaro contra opositores.	Roberto Lourenço Cardoso	Em análise	
44	27/05/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia por crime de responsabilidade em desfavor do Presidente Jair Bolsonaro, por uso ilegal das redes sociais durante sua campanha eleitoral (disparo de mensagens e uso de fake news); ameaças à democracia; ataques à imprensa; soberania em risco; acusações de corrupção; empresa fantasma; abuso de poder do empresário Luciano Hang, dono da Havan; e outros. (conduta agressiva contra profissionais da imprensa; por ter veiculado mensagens a seus contatos para participarem de manifestação no dia 15/3/2020 com o objetivo de fechar o CN e o STF.).	Maria Rodrigues de Sousa e outros	Em análise	
45	1º/6/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia contra o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, nos termos do artigo 14, da Lei nº 1.079/1950, e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, pela prática de crimes de responsabilidade descritos no art. 85, incisos II, III, IV, V, e VII, da Constituição Federal de 1988; no art. 6º, números 1 e 8; no art. 7º, número 9; no art. 8º, números 2 e 4; e no art. 9º, número 7; e no art. 12, número 2, todos da Lei nº 1.079/1950; em ordem a requerer que, após admitida a presente denúncia, ao final, seja decretada a perda do seu cargo, bem como a inabilitação temporária para o exercício de função pública, tais como atentados contra o exercício dos direitos e garantias individuais ressumbre iniludível pelas intensas referências à ditadura, chamada da população para participar da manifestação contra os o Legislativo e o Judiciário, censura aos jornalistas e uso de palavras de baixo calão e o descumprimento às determinações ao alcance de um ser humano, direcionando seus atos a estimular a população a não cumprir o isolamento social recomendado pela OMS.	José Pedro Fernandes Guerra de Oliveira	Em análise	

46	04/06/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Encaminha pedido coletivo de Impeachment em desfavor do Presidente Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro) por crime de responsabilidade, por: apoio ostensivo participação direta do Presidente da República em manifestações de índole antidemocrática e afrontosas à Constituição (fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal); utilização de poderes inerentes ao cargo com o propósito reconhecido de concretizar a espúria obtenção de interesses de natureza pessoal, objetivando o resguardo de integrantes de sua família ante investigações policiais; Atuação e pronunciamentos temerários e irresponsáveis, de caráter antagonístico e contraproducente ao esforço do Ministério da Saúde e de diversas instâncias da Federação vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) e aos serviços de prevenção, atenção e atendimento médico-hospitalar à saúde da população, em meio à grave disseminação em território nacional da pandemia global do novo coronavírus.	Gleisi Hoffmann, Fernanda Melchiona, Maria Perpétua de Almeida e Luciana Barbosa de Oliveira Santos	Em análise Ob.: incluída nesta tabela em 17/6/2020	
47	08/06/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Oferece denúncia contra o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (JAIR BOLSONARO), pelos crimes de responsabilidade, por tratar a crise da pandemia do coronavírus como nada houvesse minimizando a situação aos olhos do povo brasileiro, os colocando em risco eminente, apesar de ter sido eleito com a principal finalidade de <u>manter a segurança e proteger a Nação.</u>	Genilson Robson de Oliveira	Em análise	
48	08/06/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia contra o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, pelos crimes de responsabilidade, por agir como se fosse imune à COVID-19, participando constantemente de manifestações públicas, mesmo sendo orientado por organismos nacionais e internacionais sobre a importância do distanciamento social; por determinar que, a partir de 5/6/2020, não seja mais informado sobre o número de infectados e mortos pela COVID-19 e que o Ministério da Saúde passou, então, a informar somente o número de casos recuperados novos, confirmados novos e óbitos novos; por que a tal decisão de retardar o lançamento dos dados da crise pandêmica e omitir os dados consolidados tem relação com a rixa pessoal com a Rede Globo de Televisão, não respeitando o art. 37 da Constituição Federal, no que tange à impessoalidade dos atos administrativos.	Adriano Oliveira da Luz	Em análise	
49	15/06/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia contra o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, pelos crimes de responsabilidade, por agir como se fosse imune à COVID-19, participando constantemente de manifestações públicas, mesmo sendo orientado por organismos nacionais e internacionais sobre a importância do distanciamento social; por determinar que, a partir de 5/6/2020, não seja mais informado sobre o número de infectados e mortos pela COVID-19 e que o Ministério da Saúde passou, então, a informar somente o número de casos recuperados novos, confirmados novos e óbitos novos; por que a tal decisão de retardar o lançamento dos dados da crise pandêmica e omitir os dados consolidados tem relação com a rixa pessoal com a Rede Globo de Televisão, não respeitando o art. 37 da Constituição Federal, no que tange à impessoalidade dos atos administrativos.	Adriano Oliveira da Luz e Schirlei Filgueiras de Oliveira	Em análise	
50	18/06/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Representa contra o senhor Jair Messias Bolsonaro pela prática de crimes de responsabilidade descritos no art. 85, incisos II, III e V, da Constituição Federal, pela prática de crimes contra o livre exercício dos Poderes, contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais dispostos no art. 7º, da CF e contra crimes contra a probidade na administração.	Rubens Alberto Gatti Nunes	Em análise	
51	19/06/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia pr cometimento de crime de responsabilidade pelo Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, com fundamento no art. 85, caput e incisos I, II, III, V e VII da Constituição da República, ante a clara violação do art. 225 da Constituição da República. No contexto do meio ambiente, o Presidente da República vem, deliberadamente, por inúmeras condutas, afrontando este que é um valor irrecuperável de máxima proteção constitucional, e direito fundamental das atuais e futuras gerações, consoante o que determina a Constituição Federal em seu art. 225, bem como pelo abuso de poder ao determinar a liberação ee maquinários utilizados na prática de crimes e infrações ambientais e ao punir fiscais ambientais por aplicarem a Lei..	Rafael Echeverria Lopes, Enilde Neres Martins, Humberto Adami Santos Junior e Andre Rodolfo de Lima	Em análise	
52	14/07/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia contra o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro pela prática de crimes de responsabilidade, com fundamento no art. 85, caput e incisos III, IV e V da Constituição da República e nos termos das tipificações previstas no art. 5º, incisos 1, 2, 3, 7 e 11; art. 7º, incisos 5, 6 e 9; no art. 8º, incisos 7 e 8; e no art. 9º, incisos 3, 4 e 7, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Por crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, crimes contra a segurança interna do país, crimes de responsabilidade contra a probidade na administração e crimes contra a existência da União.	Mauro de Azevedo Menezes e Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira	Em análise	
53	13/08/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Encaminha pedido coletivo de Impeachment em desfavor do Presidente Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro) por, entre outros: crime de responsabilidade no que se refere ao exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, ao livre exercício dos Poderes, à segurança interna e contra a probidade administrativa, bem como os ataques do Presidente Jair Bolsonaro ao regime democrático e a suas instituições, o racismo em seu discurso, fomento à política de extermínio da juventude negra, pobre e periférica.	Maria Clara D'Ávila de Almeida e Sheila Santana de Carvalho - Coalizão Negra por Direitos	Em análise	

54	01/09/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Encaminha pedido de Impeachment em desfavor do Presidente Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro) por entre outros: crime de responsabilidade no que se refere ao uso criminoso das redes sociais, à idolatria por ditadores, ao desrespeito pelo Estado Laico, à política neoliberal, à discriminação à política indigenista, em especial ao Povo Quilombola, às práticas de homofobia e de misoginia, bem como por intolerância aos narcóticos e por incentivo à posse/utilização de armas, demonstrando, assim, a supressão do Estado Democrático de Direito.	Francis Rodrigues da Silva	Em análise	
55	22/09/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Encaminha pedido de Impeachment em desfavor do Presidente Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro) por Prática dos crimes de responsabilidade, atentado à soberania nacional e atentado aos princípios pelos quais o Brasil deve guiar suas relações internacionais: (I) Independência nacional; (III) Autodeterminação dos povos; (IV) Não-intervenção e (V) Defesa da Paz, elencados nos art. 1º, item I, art 4º, itens I, II, III, IV, V e VII, Art. 85, itens IV e V da Constituição Federal, combinado com o Art. 4º, itens IV e V, art. 5º, incisos 1 e 3, art. 9º, incisos 4, 5 e 7, art. 13, inciso 1 da Lei 1.079/1950.	João Somariva Daniel (Dep. João Daniel)	Em análise	
56	22/10/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia por crime de responsabilidade contra o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro), na qual diz que deverá ser afastado do cargo por realizar um chamado para as Forças Armadas agirem como um Poder Moderador com o escopo de limitar o Congresso Nacional e o STF. O Presidente executou o ato classificado como GOLPE DE ESTADO, pois tentou mudar por violência a forma de Governo da República, Lei n. 1.079/50, artigo 4º, inciso IV, e art. 8º, I.	João Pedro Bória Caiado de Castro	Em análise	
57	17/11/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta novo aditamento à denúncia em desfavor do Sr. Presidente Jair Messias Bolsonaro, em decorrência de imputação da prática de diversos crimes de responsabilidade, em função de sua briga infantil contra o Governado de São Paulo quando diz ter vencido a batalha pelo fato de que a ANVISA ter suspenso as pesquisas da Coronavac, tendo demonstrado o seu completo desprezo pelas pesquisas que estão sendo realizadas em solo nacional e com as pessoas que já morreram; e por ter a ousadia de propor uma guerra aos Estados Unidos quando disse que "Assistimos há pouco aí um grande candidato a chefia de Estado dizer que, se eu não apagar o fogo da Amazônia, ele levanta barreiras comerciais contra o Brasil. E como é que podemos fazer frente a tudo isso? Apenas a diplomacia não dá, não é, Ernesto? Quando acaba a saliva, tem que ser na pólvora, senão, não funciona."	Deputado Distrital Leandro Antônio Grass Peixoto	Em análise	
58	25/11/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia por crime de responsabilidade em face de Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro), por violar as suas prerrogativas, atentando contra os princípios constitucionais da moralidade administrativa, e, incorrendo em crime de responsabilidade. Relata, em especial, fatos relacionados à postura do Presidente em relação à crise ocasionada pela pandemia do coronavírus, à participação e atos relacionados ao fechamento do STF e em manifestação pró-ditadura e a outros fatos.	Ledson Cesar Borges Adalberto Santos Rodrigues de Campos	Em análise	
59	09/12/2020	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia por crime de responsabilidade em face de Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro), por violar a universalização do direitos humanos e respectivos tratados internacionais que tratam do tema, pela seletividade no prosseguimento das denúncias remetidas ao Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos e pela pulverização e consequente enfraquecimento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT). Alega, ainda, diversas infrações cometidas, como: violação de tratados internacionais, bem como de direitos e garantias individuais e sociais, abuso do poder, expedição de ordens ou requisições contrários à Constituição Federal.	Lauro Chamma Correia	Em análise	
60	11/01/2021	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia por crime de responsabilidade (com pedido de perda do cargo e suspensão dos direitos políticos) em face de Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro), por atentar contra a moralidade exigida pelo cargo que ocupa, como também contra a República Federativa e o Estado Democrático de Direito, ao afrontar a memória daqueles que perderam suas vidas e sofreram com o período da Ditadura Civil-Militar de 1964. Cita-se, como exemplo, a apologia à tortura desferida à ex-Presidente Dilma Rousseff e ao pai do Presidente da OAB (Felipe Santa Cruz). Além disso, entre os meses de março e maio de 2020, alega-se que a conduta do Presidente foi incompatível com o livre exercício do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, quando apoiou e auxiliou a convocação de manifestações populares, cuja pauta era o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, a intervenção militar e o restabelecimento do conteúdo do Ato Institucional nº 5.	Dep. Gleisi Hoffmann, Dep. Enio Verri, Dep. Rogério Correia e Dep. Rui Falcão	Em análise	
61	14/01/2021	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia por crime de responsabilidade (com pedido de perda do cargo assim como a inabilitação para exercer função pública) em face de Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro), por afrontar a legislação pátria sobremaneira no que se refere à Constituição Federal, além de alegar que o TSE e o Congresso Nacional estão apurando a ilicitude da campanha eleitoral do denunciado a partir da verificação de elementos contundentes de prova de disparos em massa pelo Whatsapp, o que, se comprovado, configura abuso de poder eletrônico, viciando a vontade do eleitor e desequilibrando a disputa. Ademais, alega que seu governo vem provocando instabilidade política, impedindo o avanço do Brasil e colocando em risco o Estado democrático de Direito, e cita que a conduta do Presidente é desrespeitosa em relação às mulheres, passando ainda por injúrias raciais e sexuais.	Dep. Alexandre Frota	Em análise	
62	26/01/2021	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia por crime de responsabilidade contra o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro), por "Crimes de Responsabilidade e de Genocídio sobre a Nação Brasileira, contrariando as decisões decretadas pelo Ministério da Saúde que determinam medidas de segurança relativos à adoção de decreto de quarentena para evitar a proliferação do Coronavírus".	Edenilton Fernandes	Em análise	

63	27/01/2021	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresenta denúncia (impeachment) por crime de responsabilidade contra o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro), por ação ou omissão, em razão dos seguintes fatos e fundamentos: descumprimento dos normativos da Constituição que garantem o direito à saúde, bem como da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, ao se negar a usar máscara, ao incentivar o seu não uso e ao ignorar as determinações de isolamento social; ao minimizar a gravidade da pandemia e o caráter letal do vírus; divulgar, mandar produzir e comprar medicamento sem comprovação científica de eficácia no tratamento da doença; deixar de realizar esforços, em parceria com o Ministério da Saúde, no sentido de estabelecer uma política nacional de enfrentamento da pandemia; ao se posicionar, diante da crise, com expressões inadequadas ("E daí", "não sou coqueiro", "todo mundo morre um dia", "isso é para os fracos", "maricas", entre outras); interferir para frustrar os esforços do Estado de São Paulo para a aquisição do imunizante da farmacêutica Sinovac (chinesa); e outros fatos.	Dep. José Guimarães (Líder da Minoria na CD), Dep. Enio Verri (Líder do PT na CD), Dep. Gleisi Hoffmann (Pres. do PT)	Em análise	
64	29/01/2021	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Com fundamento no artigo 85 da Constituição e no artigo 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, apresentam DENÚNCIA por crime de responsabilidade em face do Presidente da República JAIR MESSIAS BOLSONARO, em razão de que o denunciado reiteradamente tem agido com irresponsabilidade frente às tarefas de seu cargo e utilizado das instituições democráticas em benefício próprio e de sua família. O objetivo desta denúncia é trazer esses fatos formalmente ao conhecimento do Poder Legislativo.	Leticia Siqueira das Chagas e outros	Em análise	
65	29/01/2021	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Oferce DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE COM PEDIDO DE PERDA DO CARGO E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS, contra o Exmo. Senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, pelos fatos e razões de direito expostos: atos praticados pelo Presidente da República na condução da crise sanitária causada pela Covid-19; condutas indecorosas praticadas pelo Presidente da República; da incitação de militares contra a Imprensa Nacional, entre outros.	José Manoel Ferreira Gonçalves	Em análise	
66	29/01/2021	56ª Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apresentam denúncia por crime de responsabilidade, em face do Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro, pelas razões de fato de direito alegadas, entre outros: crimes contra a probidade da Administração, publicação de conteúdo sexual/pornográfico, piadas sobre gordo, misoginia, trabalho infantil e insinuações sexuais na presença de criança de 10 anos, declarações racistas e homofóbicas.	Josiane Falco	Em análise	
67	01/02/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Apresenta denúncia por crime de responsabilidade contra o Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro), por fatores relacionados a violação institucionalizada de direitos indígenas; do aumento das invasões de terras indígenas e a falta de diálogo; disseminação da Covid-19 entre os povos indígenas e as mortes produzidas; violações de leis e denúncias internacionais.	Dep. Joenia Wapichana	Em análise	
68	02/02/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Apresenta denúncia (impeachment) por crime de responsabilidade contra o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro), para o fim de ser decretada a perda de cargo e a inabilitação temporal para o exercício de função pública, sem prejuízo do procedimento penal competente, pelas infrações penais comuns.	Alexandre Ferraz de Moraes	Em análise	
69	05/02/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Apresenta denúncia (impeachment) por crimes de responsabilidade contra o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, para o fim de ser decretada a perda de cargo e a inabilitação temporária para o exercício de função pública. Essa denúncia limita-se a fatos ocorridos entre 24 de março de 2020 e 20 de janeiro de 2021 na condução do governo brasileiro em resposta à pandemia de Covid-19. Essa denúncia não abrange, portanto, seus crimes de responsabilidade cometidos após essa data nem anteriores a essa data que não sejam relacionados à pandemia de Covid-19. Alega que o denunciado abusou dos poderes constitucionais e políticos inerentes a seu cargo para, em prejuízo da população brasileira, obter vantagens políticas para si, prejudicando a saúde dos brasileiros, minando relações federativas indispensáveis em uma emergência sanitária e achincalhando de modo indelével a dignidade e a honra do cargo de Presidente da República, por sua reiterada quebra de decoro. Atentou contra o direito fundamental à vida e à saúde pública e individual dos brasileiros (art. 85, III, da CF, e art. 79 da Lei 1079/1950), contra a probidade administrativa, agindo de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro que o cargo exige (art. 85, V, da CF, e art. 97 da Lei 1079/1950).	Daniel de Araujo Dourado e outros	Em análise	
70	08/02/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Apresenta denúncia por crime de responsabilidade contra o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro) pelas razões de fato e direito descritas, tais como: declarações equivocadas e adoção de tratamento com medicações sem eficácia comprovada durante a pandemia; após viagem ao Estados Unidos, e diante de possível contaminação com o COVID 19, proibir a divulgação dos resultados dos testes; descumprimento das recomendações propostas pela OMS, como ao ignorar as determinações de distanciamento e de isolamento social; não adotar medidas de prevenção e postergar a compra de vacinas; minimizar a gravidade da pandemia, chamá-la de gripezinha e utilizar-se de expressões diante da crise: "E daí", "não sou coqueiro", "todo mundo morre um dia", "quem é de direita toma cloroquina, quem não é toma tubaína"; pela estratégia de culpar os governantes e prefeitos em razão dos resultados da pandemia; pela condução dos trabalhos em Manaus, que culminou com a falta de oxigênio e alto número de mortos; violar a Constituição e as normas que garantam o direito à vida, à saúde e ao Estado democrático de direito; incitar a destituição dos Poderes Legislativo e Executivo e infringir o princípio da impessoalidade.	Dep. Alexandre Frota	Em análise	

71	25/02/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	O Requerente apresenta pedido de Impeachment em face do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro) e, ao final, a condenação do Presidente da República no Senado Federal, pela prática de crimes de responsabilidade definidos no artigo 85, inciso IV e VII, da Constituição Federal, combinado com os artigos 267, 268, 330, todos do Código Penal do Brasil, combinado com o artigo 11, incisos I e II, da Lei n. 8.429/1992, com a consequente sanção de sua inelegibilidade por 8 (oito) anos e perda do cargo público, em razão da forma de enfrentamento do Presidente diante da pandemia de coronavírus, negando e minimizando o vírus, além de questionar a eficácia das vacinas, ter acionado o Poder Judiciário para não ser obrigado a andar com máscaras nas ruas e se posicionar contrariamente ao isolamento social, alegando o Requerente que a vida da população em risco não pode ser um ato discricionário, uma opção política ou uma ideologia.	Conrado Luciano Baptista	Em análise	
72	25/02/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Propõe denúncia com a perda do cargo e direitos políticos em desfavor do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro), com fundamento nos artigos 51, I, 52, I, 85, III, IV, V e VII e 86, todos da Constituição Federal, combinados com a Lei n. 1079 de 1950 e art. 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, se referindo ao período em que houve o enfrentamento da pandemia de Covid-19 no tocante às manifestações e à atuação do acusado enquanto Chefe do Executivo federal, quando a postura do atual presidente tem-se mostrado contrária a medidas protetivas para enfrentamento da pandemia, com clara postura negacionista e contrária à ciência.	Fábio Teixeira da Silva	Em análise	
73	25/02/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	O Requerente apresenta pedido de Impeachment em face do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro) e, ao final, a condenação do Presidente da República no Senado Federal, pela prática de crimes de responsabilidade definidos no artigo 85, inciso IV e VII, da Constituição Federal, combinado com os artigos 267, 268, 330, todos do Código Penal do Brasil, combinado com o artigo 11, incisos I e II, da Lei n. 8.429/1992, com a consequente sanção de sua inelegibilidade por 8 (oito) anos e perda do cargo público, em razão da forma de enfrentamento do Presidente diante da pandemia de coronavírus, negando e minimizando o vírus, além de questionar a eficácia das vacinas, ter acionado o Poder Judiciário para não ser obrigado a andar com máscaras nas ruas e se posicionar contrariamente ao isolamento social, alegando o Requerente que a vida da população em risco não pode ser um ato discricionário, uma opção política ou uma ideologia.	Conrado Luciano Baptista	Em análise	
74	25/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Os autores, que representam um conjunto de pessoas que compõem a liderança de Igrejas evangélicas e católicas, apresentam pedido de Impeachment em face do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (Jair Bolsonaro), por transgressões praticadas em diversas áreas de ação governamental, decisivas na perpetração de um pernicioso processo de esvaziamento de políticas públicas. Em resumo, Bolsonaro teria atuado contra recomendações de autoridades sanitárias, desrespeitou regras de obrigatoriedade de uso de máscaras, promoveu e estimulou aglomerações, colocou em dúvida a eficácia e promoveu obstáculos à aquisição de vacinas, fez campanha pelo uso de medicamentos e tratamentos não corroborados pela comunidade científica, o que resultou, entre outras consequências, na pressão do Ministério da Saúde para uso dos medicamentos sem eficácia comprovada em Manaus ao mesmo tempo em que se esgotava o estoque de oxigênio na cidade. Em várias ocasiões tratou a pandemia com menosprezo e referiu-se às vítimas em tom depreciativo. Deveria ter seguido as recomendações científicas para conter a doença, ao invés de estimular o desprezo pela vida.	Inácio Lemke e outros	Em análise	
75	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Clarice Salles Chacon Ob.: adicionado à lista após reanálise do pedido	Em análise	

76	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Marco Antonio Riechemann Júnior Ob.: trata-se do advogado. Após reanálise do pedido, foi alterado o nome do solicitante.	Em análise	
				Mauri Antunes Caldeira Neto		
77	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Álvaro Augusto Cerqueira Mangabeira	Em análise	
78	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	André Bueno Correa Moura	Em análise	
79	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	João Gabriel Madeira Pontes	Em análise	
80	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Beatriz Monteiro de Souza	Em análise	

81	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Camilla Borges Martins Gomes	Concluído Devolvido porque o arquivo eletrônico não contém certificação digital válida	
82	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Izabella Rodrigues Forzani	Em análise	
83	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Humberto Adami Santos Junior	Em análise	
84	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Margareth do Espírito Santo	Em análise	
85	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Alex Zarkadas Branco Lindoso	Em análise	

86	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	lêda Leal de Souza e Wanderson Pinheiro de Oliveira	Em análise Ob.: adicionado à lista após reanálise do pedido	
87	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	André Luís de Sá Oliveira	Em análise Ob.: adicionado à lista após reanálise do pedido	
88	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Ludmila Prevot de Souza	Em análise	
89	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Gabriel Garcia Rodrigues de Barros	Em análise	
90	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Claudinei Flavio Ferreira	Em análise	

91	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Talitha Camargo da Fonseca	Em análise	
92	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Letícia Siqueira das Chagas	Em análise	
93	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Fernando Tinoco Ferreira	Em análise	
94	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Geraldo Carvalho de Oliveira Neto	Em análise	
95	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Erico Brizola Rotta	Em análise	

96	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Maria Carolina Fernandes Oliveira	Em análise	
97	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Ciro de Souza Brito	Em análise	
98	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Bruna Cal Viegas	Em análise	
99	31/03/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Cristiane Gonçalves de Oliveira	Em análise	
100	01/04/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Álex Ivan Soares e Outros	Em análise	

101	01/04/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente inefazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	David Benoliel	Em análise	
102	01/04/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente inefazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Luiz Fernando Soares de Azevedo	Em análise	
103	03/04/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Apresenta denúncia por Crime de Responsabilidade contra o sr. Presidente da República JAIR MESSIAS BOLSONARO, por prática de um conjunto de atos e omissões como, por exemplo: determinação ao ministério da Defesa de comemoração do regime político inaugurado a partir de 31/03/1964; manifestação contemporizando a paralisação de policiais militares no Ceará e insinuando tratamento discriminatório do assunto por parte da imprensa, que, segundo o presidente, o qualifica injustamente como "motim"; acusação de que teria havido fraude na eleição presidencial de 2018; comparecimento a ato em Brasília no qual os manifestantes pediam expressamente intervenção militar e fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal; nota do general da reserva Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, com uma ameaça velada ao Poder Judiciário decorrente de despacho rotineiro do ex-ministro Celso de Mello, do STF, a propósito de pedido de apreensão do aparelho celular do Presidente da República em inquérito judicial; e outros.	Pedro Tavares Maluf	Em análise	
104	05/04/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente inefazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Pedro Gomes Andrade	Em análise	
105	05/04/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Apresenta denúncia de crime de responsabilidade contra o Presidente da República, JAIR BOLSONARO, por fatos como, por exemplo: pelo uso político das Forças Armadas e de atentar contra as instituições republicanas e democráticas; por ter ignorado a gravidade da pandemia do Coronavírus; por manifestações contra a democracia no episódio da invasão do Capitólio (EUA); e outros.	Dep. Alexandre Frota	Em análise	
106	05/04/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Alega que o Presidente Jair Bolsonaro se utilizou da autoridade da Presidência e da evidência e do prestígio social atrelados a essa função para boicotar as principais iniciativas de combate à pandemia – seja ao obstruir medidas de comprovada eficácia científica, ao estimular a desobediência sanitária da população, ao atacar as autoridades que tentaram tomar alguma providência ou ao insistir na difusão de informações falsas e teorias conspiratórias entre os brasileiros. Os crimes de responsabilidade narrados nesta Denúncia constituem principalmente atentados: (i) aos direitos fundamentais à vida e à saúde dos brasileiros (art. 85, III, CRFB c/c art. 7º, item 9, da Lei nº 1.079/50), que resultaram em milhares de mortes evitáveis; (ii) à probidade administrativa, decorrentes do desperdício de recursos valiosos em tratamentos comprovadamente inefazes contra o novo coronavírus e do adiamento deliberado e injustificado da aquisição de vacinas – que impede a pronta retomada da atividade econômica no país – (art. 85, III, CRFB); bem como (iii) à dignidade, ao decoro e à honra do cargo, decorrentes de comportamentos incompatíveis com a cadeira ocupada pelo Presidente (art. 85, III, CRFB c/c art. 9, item 7, da Lei nº 1.079/50).	Adolfo Raphael Silva Mariano de Oliveira	Em análise	

107	06/04/2021	56ª Arthur Lira - PP/AL	Oferece Representação por Crimes de Responsabilidade (PEDIDO DE IMPEACHMENT) em face do Presidente da República Federativa do Brasil, em razão da nova investida do presidente Jair Bolsonaro com objetivo de usar as Forças Armadas politicamente e de atentar contra as instituições republicanas e democráticas com a troca de comando do Ministério da Defesa, anunciada na segunda-feira (29/03).	Dep. Arlindo Chinaglia	Em análise	
-----	------------	----------------------------	--	------------------------	------------	--